

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.829 - RS (2019/0191148-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : DELAMINAS COMERCIO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : THIAGO CRIPPA REY - RS060691
CAROLINE REICHELT DE QUADROS - RS095171
RAFAEL MACHADO SIMÕES PIRES - RS101262
NATHALIA MARQUES MARTINS - RS105229
PAOLA NEUMANN DE AVILA - RS110924
AGRAVADO : DWANNE MITCHELL TOEBE
ADVOGADO : GILSON JOSÉ POPIOLEKI DOS SANTOS - RS048746
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : GRETA VON BOROWSKY - RS077513
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. MOMENTO EM QUE HOVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO REGISTRO DESABONADOR. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. TEORIA DA ACTIO NATA SÚMULA. 83/STJ.

1. Cinge-se a controvérsia em analisar se houve adequada aplicação do prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, V, do CPC.
2. A moldura fática estabelecida pelo acórdão recorrido – a qual não é passível de alteração neste momento processual, ante o óbice da Súmula 7/STJ – foi no sentido de que o início da contagem do prazo prescricional se deu no momento em que houve ciência da inequívoca da inscrição em cadastros negativos.
3. Não há reparos a serem feitos no acórdão recorrido, pois é assente a jurisprudência desta Corte no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional para a propositura de ação indenizatória é a data em que o consumidor toma ciência do registro desabonador, pois, pelo princípio da *actio nata* o direito de pleitear a indenização surge quando constatada a lesão e suas consequências.
4. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte Superior, o recurso especial não merece ser conhecido, ante a incidência da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".
5. Agravo Interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

